

Bourdieu e *As Estruturas Sociais da Economia*: uma visão contemporânea sobre as possibilidades de afirmação de uma nova sociologia económica

Ester Gomes da Silva

Numa das suas últimas obras – *As Estruturas Sociais da Economia* –, Pierre Bourdieu expõe um pensamento crítico sobre as opções metodológicas assumidas pela teoria económica neoclássica, propondo uma nova abordagem para o estudo dos assuntos económicos. O presente capítulo faz uma leitura sobre a proposta apresentada por Bourdieu, refletindo sobre os seus méritos e contextualizando-os no panorama atual da ciência económica.

Bourdieu pronuncia-se criticamente sobre a teoria económica neoclássica, referindo-se à forma descontextualizada como esta trata os fenómenos, histórica e espacialmente, e à utilização do modelo de escolha racional como padrão de comportamento humano. O afastamento da economia relativamente à envolvente social é referido logo no início do texto, quando Bourdieu afirma: “A ciência que designamos por ‘economia’ assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa” (Bourdieu, 2001, p. 13).

A obsessão pelo formalismo e pelo rigor matemático teria levado os economistas a descurar a essência dos problemas económicos – a sua raiz histórica e social – traduzindo-se na produção de conhecimento pouco relevante

para a compreensão do mundo real.¹ A assunção do comportamento racional como modelo de conduta dos agentes sociais teria intervindo no mesmo sentido, manifestando-se na formulação de comportamentos essencialmente mecânicos, definidos independentemente das características sociais dos sujeitos e dos contextos em que têm lugar, e estando por isso alheados do todo social. A perspetiva neoclássica em geral, e especificamente a que aborda o mecanismo da troca, é assim criticada neste texto, tendo por base o mercado de habitação, ou, mais rigorosamente, a compra e venda de casas individuais em França nos anos de 1980.

Bourdieu não se limita, porém, à manifestação de um posicionamento crítico sobre a produção científica em economia. O questionamento metodológico e epistemológico sobre o pensamento económico dominante é acompanhado da apresentação de uma proposta teórica alternativa, que cruza a economia e a sociologia, ciências que têm em comum o objeto de análise:

(...) o verdadeiro objeto de uma verdadeira economia das práticas não passa, em última análise, da economia das condições de produção e de reprodução dos agentes e das instituições de produção e de reprodução económica, cultural e social, isto é, o próprio objeto da sociologia na sua definição mais completa e mais geral (Bourdieu, 2001, p. 27).

A proposta apresentada pelo autor procura então reinserir a economia na multidimensionalidade social, partindo da utilização de uma abordagem comparativa e histórica, em vez de assentar essencialmente num processo dedutivo, e tendo por base um novo quadro conceptual. É assim defendida a introdução das noções de *habitus* e de *campo*, bem como de diferentes tipos de *capital* – e.g., cultural, social, simbólico – conceitos que, do ponto de vista de Bourdieu, permitem reconstruir as disposições dos agentes económicos (as suas necessidades, preferências e propensões) e associar uma dimensão política ao funcionamento do mercado. Deste modo, defende-se um certo retorno às origens do pensamento económico (a economia política do século XIX), com afastamento do individualismo metodológico e da racionalidade microeconómica, sugerindo-se a adoção de um tratamento abrangente das estruturas e relações sociais, reincorporando a história na teorização económica e mobilizando as diferentes dimensões da ordem social no estudo da atividade económica.

¹ Uma crítica no mesmo sentido pode ser encontrada em Blaug (1997).

Neste capítulo abordamos a proposta teórica avançada por Bourdieu, bem como as suas críticas sobre o pensamento económico dominante, refletindo sobre a sua originalidade e enquadramento no âmbito da produção científica em economia. Começamos por abordar a perspetiva do autor sobre a troca, evidenciando, a partir desse exercício, a sua visão sobre as insuficiências da teoria económica neoclássica. Procedemos depois a uma reflexão sobre a proposta efetuada por Bourdieu para o tratamento dos assuntos económicos e pelo seu possível contributo para uma reformulação do pensamento económico dominante. A secção final apresenta uma síntese e um conjunto de notas conclusivas.

A análise da troca sob a lente de Bourdieu

O posicionamento crítico sobre a teoria económica neoclássica é ilustrado com base no mercado da produção de casas individuais em Val-d'Oise (França), nos anos de 1980. A escolha não é inocente, como se perceberá ao longo do texto. Tratando-se de um bem com forte carga simbólica, que comporta um investimento avultado para os potenciais compradores (de ordem financeira, mas também pessoal), e que sofre, ao mesmo tempo e de modo considerável, os efeitos da intervenção do Estado, a utilização deste exemplo permite ao autor sublinhar aquilo que entende ser a desadequação das premissas utilizadas pelos modelos económicos e a sua incapacidade em dar conta dos mecanismos sociais envolvidos na troca.²

A desadequação é evidenciada quer do lado da procura quer do lado da oferta, argumentando-se que se trata, em ambos os casos, de produtos da construção social que têm de ser explicados, em vez de serem tomados como dados, como faz a teoria neoclássica, e que tal implica necessariamente o abandono da figura do agente representativo e do modelo de escolha racional.³

² No primeiro capítulo, Bourdieu mostra que a componente simbólica é particularmente forte neste caso, por haver uma associação estreita entre a compra de habitação e a constituição de família. O facto de representar um direito fundamental permite ainda ao autor abordar de modo muito amplo a intervenção do Estado sobre o mercado.

³ O uso do modelo de escolha racional é também criticado sob um outro ângulo, relacionado com uma eventual "ilusão escolástica", isto é, com a utilização das representações pessoais do cientista na construção teórica dos comportamentos dos agentes (Bourdieu, 2001, p. 21).

A abordagem proposta passa assim pela adoção de uma representação diferenciada dos atores económicos, que tem na sua génese uma distribuição desigual de recursos (diferentes qualidades e quantidades de capital), que vai condicionar os seus espaços de escolha e as suas estratégias de atuação.

Do lado da procura, entende-se que as preferências pessoais são socialmente produzidas, variando com a posição ocupada no espaço social e com as movimentações operadas nesse espaço. O conjunto de possibilidades de escolha não é livre, encontrando-se, pelo contrário, delimitado pela estrutura social vigente. Neste contexto, as insuficiências do modelo de escolha racional estão relacionadas sobretudo com a incapacidade intrínseca deste modelo em considerar a delimitação dos espaços de escolha, mais do que com a exigência que o mesmo comporta em matéria de cálculo, como veremos adiante.

No lado da oferta, por sua vez, a desigual distribuição de recursos tem como consequência uma diferente posição na estrutura empresarial vigente. Essa posição determina, por sua vez, um espaço concreto de atuação estratégica, que é também influenciado pelas perceções que a empresa forma sobre os seus concorrentes. Assim, e contrariamente à modelização económica no quadro perfeitamente concorrencial, a oferta de mercado não constitui o resultado de uma mera agregação de empresas independentes entre si, mas um conjunto de produtores que interagem, analisando as posições ocupadas pelos seus concorrentes, com base na informação e nos recursos que têm ao dispor.

A necessidade de inscrever a troca no espaço multidimensional de análise e de a enquadrar no contexto de uma relação de poder, cruzando as esferas individual e social, leva Bourdieu a defender a incorporação de um quadro conceptual novo, em que se destacam os conceitos de *campo* e de *habitus*. O primeiro destes conceitos, entendido como um espaço de posições onde se encontram agentes que lutam entre si, visando a apropriação ou a redefinição do capital existente, é usado na própria configuração da troca, que é entendida como o resultado de um conflito entre atores com diferentes graus de poder:

(...) aquilo a que chamamos o mercado é o conjunto das relações de troca entre agentes colocados em concorrência, interações diretas que dependem, como diz Simmel, de um “conflito indirecto”, isto é, da estrutura socialmente construída das relações de força para a qual os diferentes agentes envolvidos no campo contribuem em diversos graus (Bourdieu, 2001, p. 253).

A noção de campo é também mobilizada na representação da oferta – o campo das empresas –, como forma de promover a diferenciação entre concorrentes e dar conta da estrutura da relação de forças existente.⁴ É este conceito que permite delimitar o espaço de escolhas de cada empresa, em função da posição ocupada na estrutura empresarial e das posições assumidas pelos seus concorrentes, bem como da leitura que faz sobre essas posições.⁵ Assim, as estratégias desenvolvidas por cada uma das empresas não são espontâneas, dependendo em primeiro lugar da estruturação particular de poderes do seu contexto de intervenção, e da circunstância de aí figurarem como *dominantes* ou *dominadas*. As que têm domínio sobre o capital do campo enquadram-se na primeira categoria e dispõem de vantagens decisivas na sua qualidade de *first movers*, tomando a dianteira na fixação de preços ou na introdução de novos produtos. Já as empresas dominadas têm o seu espaço de atuação muito condicionado pelas escolhas efetuadas pelas empresas dominantes, gozando apenas de uma pequena margem de autonomia.⁶ A definição da atuação estratégica por parte da empresa depende ainda da sua estrutura interna e das posições assumidas pelos seus dirigentes. Aqui também se assume que a empresa funciona numa lógica de campo, o que faz com que a estratégia a prosseguir a cada momento decorra da luta entre visões distintas expressas pelos seus atores internos, que são novamente detentores de diferentes tipos de capital.

O conceito de *habitus*, por sua vez, permite dar conta da diferenciação presente no lado da procura e da delimitação dos espaços de escolha individuais, introduzindo uma dimensão explicativa sobre o processo de formação das preferências. Refutando o tratamento exógeno e atemporal

⁴ O uso do conceito de campo neste âmbito é defendido como uma formulação mais adequada do que as noções de *sector* ou de *ramo de atividade*, por contemplar a heterogeneidade entre empresas e as diferentes relações de forças em presença, em vez de se limitar a uma mera identificação da atividade produtiva.

⁵ Na linha do que foi referido anteriormente, a posição particular ocupada pela empresa depende das vantagens específicas de que dispõe e que decorrem da posse de diferentes tipos de capital, designadamente, capital tecnológico, jurídico, organizacional ou simbólico, mas sobretudo da posse de capital financeiro, que condiciona o acesso e a acumulação das outras formas de capital.

⁶ Embora se infira desta caracterização uma tendência para uma certa perpetuação da estrutura vigente, com eventual concentração de poder por parte das empresas dominantes, poderá haver alterações neste quadro, motivadas por circunstâncias diversas, como crises, inovação, alterações nas preferências dos consumidores ou a intervenção do Estado nesse campo.

conferido tradicionalmente pela teoria neoclássica, Bourdieu considera que as preferências refletem as condições de vida particulares dos agentes económicos, envolvendo uma dimensão individual, mas também coletiva, na medida em que traduzem a posição do agente no espaço social e a sua trajetória dentro do mesmo.

Partindo da observação de um conjunto de experiências quotidianas, Bourdieu considera, no entanto, haver alguns elementos de regularidade nas escolhas individuais: os agentes decidem com base em estratégias práticas que resultam da aprendizagem efetuada ao longo da vida e permitem responder de modo intuitivo às circunstâncias em que se encontram a cada momento. Essa resposta implícita, que resulta da incorporação não consciente da experiência passada, permite introduzir a formulação de “antecipações razoáveis” em situações comuns, dotando a análise de uma certa previsibilidade, sem necessidade de usar conceções irrealistas do comportamento humano. O agente económico não age em função de uma comparação contínua entre custos e benefícios, presentes e esperados, na lógica do *homo economicus*, mas simplesmente na forma como está acostumado a agir.⁷

O cruzamento de oferta e procura é estabelecido por Bourdieu num plano desequilibrado. Em vez de uma relação entre iguais (as duas lâminas da tesoura, na perspetiva de Marshall), a oferta assume uma posição preponderante: as empresas criam o campo económico, impondo um determinado catálogo de escolhas e condicionando à partida as formas pelas quais os consumidores vão satisfazer as suas necessidades. A procura define-se simplesmente “em relação com um estado particular da oferta e também das condições sociais, nomeadamente jurídicas (...) que lhe permitem satisfazer-se” (Bourdieu, 2001, p. 33), tendo por isso um papel menos relevante. Na verdade, os agentes do lado da procura assumem uma posição algo passiva, vítimas da manipulação exercida por parte de campanhas publicitárias, que exploram as suas necessidades e orientam as suas perceções em relação aos produtos oferecidos, apoiando-se no conhecimento acumulado sobre as suas predisposições e expectativas: “A publicidade só é tão eficaz porque encoraja as disposições preexistentes para melhor as explorar, submetendo o consumidor às suas expectativas e às suas exigências ao mesmo tempo que aparenta servi-lo” (Bourdieu, 2001, p. 40).

⁷ No exemplo em análise – a procura de casas individuais –, são considerados como fatores estruturantes das preferências o volume e composição do capital familiar (económico e cultural), a trajetória social, a composição familiar, a idade e a situação no ciclo da vida familiar.

O principal fator com influência sobre o funcionamento do mercado e sobre a procura, em particular, encontra-se, contudo, no Estado, pela dupla capacidade que lhe assiste de orientar as escolhas dos agentes económicos e de intervir sobre as condições de formação da oferta. Essa intervenção é ilustrada com base na política de habitação desenvolvida pelo governo francês nas décadas de 1970 e 1980, que teria sido desenvolvida com o fito de incentivar a aquisição de casa própria, procedendo ao abandono do investimento direto na construção de habitação pública para alugar a baixo custo e promovendo um esforço concertado (e direcionado) de criação de incentivos ao crédito à habitação.

O Estado é visto como um agente com suprema relevância, com poder para criar o quadro legislativo de suporte à atividade económica e para definir e aplicar as várias políticas. À semelhança das empresas, também os organismos estatais (administração central e local, designadamente) observam uma lógica de campo, cuja atuação é resultado do confronto das visões distintas dos agentes constituintes. Essa intervenção poderá ainda refletir em certa medida o efeito das pressões exercidas pelos agentes do lado da oferta, que poderão estar enviesadas no sentido de proteger os interesses mais fortemente constituídos.⁸

Em síntese, o desenvolvimento da análise em torno dos conceitos de campo e *habitus* permite a Bourdieu responder ao principal elemento de crítica atribuído ao pensamento neoclássico: a consideração da atividade económica como universo separado e autónomo da realidade social. Bourdieu abandona o tratamento do agente económico como ser isolado, integrando a formação da oferta e da procura num contexto social específico, que obedece a critérios históricos e espaciais concretos, não se tratando, por isso, de abstrações. A troca deixa de ser vista como um mecanismo automático, passando a significar um conflito de interesses motivado pelas circunstâncias concretas dos agentes e dos espaços em que têm lugar, enquanto os preços deixam de resultar de mecanismos concorrenciais, refletindo essencialmente as relações de poder existentes no campo da produção, bem como as escolhas efetuadas pelas empresas dominantes, com desconsideração relativa do papel desempenhado pelos consumidores.

A ligação com a envolvente social é ainda densificada pela consideração de que a realização de uma transação, qualquer que ela seja, pressupõe o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes, que é particularmente

⁸ Assumindo que as empresas dominantes terão mais facilidade de exercer pressão sobre as instâncias estatais, persuadindo-as a tomar medidas que vão ao encontro dos seus interesses, a intervenção do Estado poderá servir para reforçar a concentração de capital existente.

exigente quando se trata de um bem dispendioso e carregado de simbolismo, como a habitação. É isso que explica que tenda a existir uma homologia entre compradores e vendedores, isto é, que a troca se faça mais facilmente entre agentes que ocupam posições similares dentro do espaço social, e que possuem *habitus* semelhantes:⁹

(...) não há nada de natural nem de evidente no facto dos compradores menos abastados se verem remetidos para as sociedades que oferecem os produtos mais grosseiros, sobretudo do ponto de vista estético, enquanto os outros se viram “espontaneamente” para as empresas que ocupam no espaço dos produtores de casas posições homólogas à sua posição no espaço social (...). Se este ajustamento se opera é porque a correspondência entre as características sociais dos compradores e a das empresas, logo dos seus produtos, do seu pessoal, em particular dos seus vendedores, (...) está na origem de toda uma série de efeitos estratégicos no essencial não desejados e semi-inconscientes (Bourdieu, 2001, p. 99).

Uma nova visão sobre a economia?

Aqui chegados, vale a pena questionar até que ponto a proposta de Bourdieu introduz um elemento de disrupção no quadro da teoria económica convencional ou se poderá ser entendida como um complemento, contribuindo para a sua re-historização e ligação à envolvente social.

Importa referir, em primeiro lugar, que não obstante o autor utilizar indistintamente os termos “economia” e “economia neoclássica”, o objeto da sua crítica não é propriamente a análise económica no seu todo, mas sobretudo aquela que faz uso dos modelos de agente representativo, concebidos em torno do postulado do *homo economicus* (que o autor qualifica de “monstro antropológico”), no estudo dos fenómenos sociais.

⁹ A identificação de consumidores e ofertantes permite estabelecer um sentimento de confiança entre ambas as partes, essencial à realização da troca. Como na generalidade dos casos os potenciais compradores não dispõem de meios próprios para adquirir a casa, tendo de recorrer ao crédito, a concretização do negócio pressupõe a realização de uma transação paralela – a de obtenção de crédito –, que também é mediada pelos vendedores, e que apenas se pode fazer existindo uma relação de confiança entre ambos os lados.

O uso indistinto destes termos não é surpreendente: ele radica na posição hegemónica assumida pela corrente neoclássica dentro do pensamento económico, e na consideração por parte de muitos de que esta é a “boa ciência”, a única que reflete verdadeiramente a profissão económica.¹⁰ Bourdieu não ignora que existem outras escolas de pensamento, bem como vários economistas que, como ele, partilham uma visão crítica sobre a ortodoxia económica e o seu método. Na realidade, embora não constitua um assunto de discussão central na economia, vários autores com proveniências distintas questionam efetivamente a adequação do uso do pressuposto da racionalidade na descrição do comportamento humano e a sua associação à busca do interesse próprio.¹¹ Sen (1977), por exemplo, critica a circularidade patente na abordagem clássica do agente racional, em que os comportamentos são explicados por preferências, que são por sua vez definidas a partir de comportamentos, sugerindo a introdução da noção de “compromisso” (*commitment*) como forma de romper este círculo e dar mais estrutura ao conceito de racionalidade. Numa outra linha de análise, vários estudos associados às escolas comportamental e institucional da economia dão conta da necessidade de descrever o comportamento humano em termos mais realistas, considerando haver desvios significativos entre as escolhas efetuadas correntemente pelos agentes económicos e as que decorreriam da aplicação do modelo de comportamento neoclássico (e.g., Simon, 1955, 1976; Williamson, 1981, 2002).

A ênfase no realismo é expressa de modo eloquente por Herbert Simon, um autor fundador da escola comportamental, quando refere “nada haver de mais importante para definir a agenda de investigação e informar os métodos de

¹⁰ Com raízes em finais do século XIX, a corrente neoclássica – caracterizada pela assunção do comportamento racional de agentes dotados de preferências dadas e estáveis, pelo foco em estados de equilíbrio ou em movimentos em relação a esses pontos, e pela rejeição de formas extremas de incerteza (Colander *et al.*, 2004) – ganhou preponderância no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se disseminou a ideia da economia como “ciência da escolha” (Backhouse e Medema, 2009). A partir desta altura, na perspetiva de muitos economistas, a economia definir-se-ia efetivamente como a ciência que utiliza o modelo do agente racional, distinguindo-se dessa forma de outras ciências sociais, como a sociologia (Hodgson, 1998). Mais recentemente tem havido, contudo, uma discussão em torno de um eventual declínio desta corrente, em simultâneo com a afirmação de um maior pluralismo dentro da ciência económica (Colander *et al.*, 2004; Cedrini e Fontana, 2017).

¹¹ Um problema adicional com o conceito consiste no facto do mesmo ser dado a múltiplas interpretações, não sendo muitas vezes claro o sentido que lhe é atribuído. Assim, ele pode ser visto como um conceito positivo ou normativo, estar relacionado com a busca do interesse próprio ou consagrar outras motivações, estar associado a uma noção de utilidade esperada ou à formulação de expectativas racionais (Sent, 2018).

investigação do que a visão da natureza dos seres humanos cujo comportamento estamos a estudar” (Simon, 1985, p. 103, tradução nossa). No quadro da teoria do consumidor, a abordagem comportamental contesta assim a utilização dos pressupostos canônicos da microeconomia neoclássica – a consideração de que as escolhas são feitas sobre um conjunto fixo (dado) de alternativas, cada uma com distribuições de resultados conhecidas e tendo em vista a maximização do valor esperado de uma função de utilidade –, explorando modelos em que uma ou mais destas condições são afastadas.¹²

Procurando ir ao encontro de uma formulação mais realista do comportamento humano, Herbert Simon propõe a utilização de uma noção mitigada de racionalidade – a racionalidade limitada –, que leva explicitamente em linha de conta os constrangimentos cognitivos dos agentes e as suas lacunas no processamento de informação. Neste quadro, os atores tomam decisões com base em regras práticas, hábitos e experiências pessoais, aceitando resultados apenas satisfatórios (em vez de ótimos), e sendo influenciados pela emoção e pelos comportamentos dos outros agentes (Simon, 1955, 1976). A nova economia institucional faz uso deste conceito na explicação das tomadas de decisão dentro das organizações, acrescentando aos constrangimentos cognitivos e de informação a possível adoção de atitudes oportunistas, assumindo um modelo de comportamento humano que fica a grande distância do tradicional foco de obediência ao interesse próprio invocado pelos autores neoclássicos (North, 1990; Williamson, 1981, 2002).¹³

Aproximando-se de algumas das críticas tecidas por estas correntes, Bourdieu assume, contudo, uma perspetiva distinta. Se estas abordagens exploram os limites da racionalidade económica como modelo descritivo do comportamento humano, considerando necessário explorar uma conceção de racionalidade mais ampla que vá além dos “rational fools” (Sen, 1977), incorporando o papel desempenhado pelas normas sociais (Elster, 1989) e contemplando os limites da razão humana, elas não deixam de manter a

¹² No âmbito da teoria neoclássica, a racionalidade é identificada com a maximização da utilidade esperada, o que implica que os indivíduos tenham (ou se comportem como se tivessem) funções de utilidade, isto é, que tenham ordens de preferência bem-comportadas (coerentes e estáveis) sobre as diferentes alternativas em jogo.

¹³ Consideram-se geralmente duas grandes visões institucionalistas na economia: a escola iniciada com Veblen, Commons e Mitchell, que inclui autores como Galbraith e Myrdal, que valoriza a incerteza e vê o sistema económico como um processo evolutivo, designada como o “velho institucionalismo”, e o “novo institucionalismo” de Coase, North e Williamson, com mais afinidade com a teoria neoclássica e com foco na teoria da empresa, nos custos de transação e nos direitos de propriedade (Meramveliotakis, 2020).

racionalidade como princípio de ação. Ora, este entendimento é contestado por Bourdieu, cuja crítica não está tanto na exploração das fragilidades associadas ao cálculo racional, mas, como vimos, na imposição que o mesmo coloca sobre a uniformização do comportamento humano, formalizada com recurso ao agente representativo, e sobretudo no seu desligamento relativamente à envolvente social. Bourdieu está efetivamente mais próximo de outras visões da economia, de teor institucionalista ou evolucionista, que como ele contestam os princípios basilares do pensamento neoclássico, afastando-se de uma lógica de equilíbrio e enfatizando a ideia do sistema económico como um processo evolutivo, onde as instituições assumem um papel fundamental. A noção de *habitus*, por exemplo, é consistente com a velha tradição institucionalista da economia e a sua perspetiva ancorada na formação endógena das preferências. À semelhança de Veblen (1899), Bourdieu estabelece uma relação entre a formação das preferências individuais e o estatuto social, considerando que a ação humana assenta na obediência não consciente a hábitos e regras, em vez de decorrer de um exercício de planeamento racional (Trigg, 2001).

Mais recentemente, a ênfase colocada por Veblen no hábito e nos processos de seleção foi retomada por estudos de inspiração evolucionista desenvolvidos a partir do trabalho fundador de Schumpeter (e.g., Nelson e Winter, 1982; Dosi, 1988; Arthur, 1994). Nesta corrente do pensamento económico é dado destaque à ideia de mudança, que é associada a um processo de seleção, marcado pela manutenção de alguns hábitos e rotinas, enquanto outros são progressivamente abandonados. O conceito bourdieusiano de *habitus* pode ser visto como um contributo relevante neste contexto, proporcionando o enquadramento necessário à formulação de uma abordagem económica histórica e institucional e enfatizando as condições em que a mudança pode ter lugar. Ao permitir que os indivíduos desenvolvam as suas estratégias ao longo do tempo, sujeitos a restrições estruturais, o conceito de *habitus* permite combinar elementos de estrutura com a realização de ações movidas por propósitos, afastando-se de visões extremas – puramente deterministas ou racionalistas – do comportamento humano (Mayhew, 1998).

Também a visão do mercado como “campo de lutas” tem afinidade com a tradição institucionalista e a ênfase colocada por esta corrente sobre as dinâmicas de poder e de conflito (e.g., Veblen, Samuels ou Galbraith). Por regra, e como refere Hodgson (1998), os institucionalistas não rejeitam o modelo de equilíbrio parcial Marshalliano, que pode ser enquadrado num contexto evolutivo, em contraste com a noção de estado estacionário presente nos modelos de equilíbrio geral. Assumem, contudo, que a análise da formação dos

preços tem de ter em conta as estruturas presentes na economia, de natureza institucional ou mercantil, o que aponta para o desenvolvimento de estudos que têm em conta as condições específicas em análise, mais do que para a formulação de grandes teorias gerais e abstratas. Neste contexto, o trabalho de Bourdieu pode ser visto como um contributo relevante para a densificação dos conceitos de oferta e de procura e para a sua redefinição como produtos sociais.

Na caracterização do mercado da casa individual, Bourdieu considera, como vimos, uma relação de dominação da oferta sobre a procura, que faz com que a formação de preços seja responsabilidade das empresas e, em particular, das empresas dominantes. A relação de dominação está muito ligada às questões de incerteza e assimetria de informação, também características de abordagens mais heterodoxas da economia. A assimetria de informação neste caso é determinada pelo maior conhecimento técnico sobre o produto e pela maior experiência de quem pretende vender em relação a quem pretende comprar. Esse desequilíbrio entre forças é exacerbado pelo facto de o vendedor intervir também como promotor de crédito, levando nalguns casos à aquisição por parte do consumidor de algo que não serve o seu interesse e que poderá condicionar de modo importante a sua vida, promovendo a “miséria pequeno-burguesa” referida pelo autor.

O estabelecimento de uma relação entre dominantes e dominados confere, por sua vez, uma natureza dinâmica ao mercado, em linha com a perspectiva evolucionista e, numa lógica de natureza mais macroeconómica, com a teoria da regulação (Boyer, 2003).¹⁴ O papel conferido ao Estado, tido como principal elemento de mudança constitui um fator adicional de convergência com esta corrente. A política assume um papel fundamental, tornando-se necessária a explicitação da sua génese e enquadramento institucional para explicar o funcionamento de um campo em particular e a sua evolução ao longo do tempo.

Tomando em consideração este conjunto de afinidades, não será assim difícil perspetivar uma aproximação entre as correntes da economia referidas anteriormente e a proposta avançada por Bourdieu. Essas visões são igualmente críticas sobre o uso do modelo do agente racional e sobre o afastamento da economia relativamente a outras ciências sociais, enfatizando o papel dos usos e costumes como fenómenos explicativos da atividade económica e sublinhando

¹⁴ A caracterização do campo da oferta, com separação entre empresas dominantes e dominadas e correspondente definição de estratégias tem também ligação com os trabalhos empíricos desenvolvidos pela economia da organização industrial (e.g., Bain, 1968; Scherer e Ross, 1990) citados por Bourdieu (2001, p. 246).

a importância de se proceder à integração do tempo histórico na análise. Tal aproximação pode ser feita sem adesão ao posicionamento por vezes um tanto maniqueísta expresso pelo autor, em que de um lado se colocam os defensores dos direitos sociais e do outro a banca e os “agentes neoliberais”, que atuariam na base de “manobras” para proteção dos seus interesses.¹⁵

Já o uso da reconceptualização teórica proposta por Bourdieu como instrumento para promover a reintegração do pensamento económico ortodoxo no quadro das ciências sociais, nos termos desejados por Bourdieu, não parece provável. Recordemos que uma das questões que merecem objeção mais veemente por parte de Bourdieu consiste no recurso extensivo à abstração e ao uso de premissas irrealistas na descrição do comportamento humano por parte da teoria económica neoclássica. Tais objeções, comuns no espectro das ciências sociais, têm sido afastadas pelos defensores desta corrente com base em diferentes linhas de argumentação. Uma delas enquadra-se na visão da economia como ciência abstrata, na senda de John Stuart Mill (1836), e na noção de que o uso de pressupostos como o da racionalidade é apenas normativo. Nesta linha, o propósito central da economia consistiria em elaborar respostas adequadas a um conjunto predefinido de questões, que podem (ou não) assumir uma conceção realista do comportamento humano. Um exemplo deste tipo de posicionamento pode ser encontrado no trabalho de Harsanyi, quando se refere:

Our theory is a *normative* (prescriptive) theory rather than a *positive* (descriptive) theory. At least formally and explicitly it deals with the question of how each player *should* act in order to promote his own interests most effectively in the game and not with the question of how he (or persons like him) *will* actually act in a game of this particular type. (Harsanyi, 1977, p. 16, ênfase do autor).

Dentro da economia, há ainda quem considere o comportamento racional como descritivo do comportamento humano, ou pelo menos o que mais se aproxima dessa qualidade, sobretudo quando o mesmo é considerado em termos médios e na sua formulação mais fraca, isto é, no plano da racionalidade limitada.¹⁶ Um outro tipo de argumento, tornado célebre após a formulação apresentada por Milton Friedman, afasta, todavia, qualquer preocupação com

¹⁵ Ver, por exemplo, pp. 114 e 147.

¹⁶ Ver, a este respeito, a reflexão efetuada em Sen (2008).

o realismo das premissas consideradas pela teoria económica. Basicamente, esta visão defende que a avaliação da teoria não deve ser feita com base no realismo das suas hipóteses, mas na capacidade de previsão (Friedman, 1966). Neste enquadramento, não haverá à partida necessidade de promover qualquer aproximação a uma construção teórica assente numa descrição mais realista do comportamento humano, até porque, um pouco paradoxalmente, Bourdieu parece validar, ou pelo menos não contestar, a qualidade da previsão efetuada pela teoria convencional:

Se uma hipótese tão irrealista como a que funda a teoria da acção ou da antecipação racional pode parecer validada pelos factos é porque, devido à correspondência estatística, empiricamente estabelecida, entre as disposições e as posições, os agentes formam, na grande maioria dos casos (...), esperanças razoáveis (...) (Bourdieu, 2001, p. 268).

Quando muito, a reconstrução teórica operada por Bourdieu permitiria oferecer um complemento para quem procurasse obter uma maior compreensão sobre a formulação dos objetivos inerentes à ação humana e a sua relação com o tecido social, questões que, ainda assim, não ocupariam o cerne do pensamento económico, sendo por isso deixadas para análise de outras ciências sociais. O propósito de Bourdieu, o de mostrar a compatibilidade da sua visão com os resultados económicos com base numa “filosofia do agente, da ação, do tempo e do mundo social totalmente diferente” (Bourdieu, 2001, p. 270), tendo em vista a reinserção da economia no todo social parece assim não refletir uma preocupação central para os defensores desta perspetiva.

É verdade que nos últimos anos se assistiu a uma evolução no sentido de fazer crescer algum pluralismo na ciência económica, associada a uma revitalização das perspetivas institucionalista e evolucionista (Hodgson, 2007; Cedrini e Fontana, 2017; Davis, 2019). A reemergência da discussão sobre a endogeneidade das preferências e os limites da racionalidade, bem como o abandono de uma teoria geral da interação económica apontam nesse sentido. A ideia estandardizada do indivíduo como elemento autónomo e tomado como dado tem vindo progressivamente a ser afastada em prol de um entendimento que enfatiza a necessidade de proceder à sua inserção social. Ao mesmo tempo, tem havido um avanço no sentido de considerar os processos como evolutivos

(e não mecânicos), assim como em considerar a influência recíproca entre as estruturas sociais e económicas e a esfera de decisão individual. Ainda assim, a inclinação para o formalismo matemático está neste momento profundamente enraizada na forma de fazer economia, constituindo condição necessária para o reconhecimento do trabalho científico e para a progressão na carreira académica. O questionamento sobre o modo de pensar a economia e sobre a sua metodologia ocupa um lugar periférico na investigação económica, e o próprio ensino da economia não aborda estes assuntos, sendo por isso possível, ou mesmo provável, que os graduados em economia nunca sejam colocados perante este tipo de interrogações (Hodgson, 2007; Davis, 2008).

Considerações finais

Em *As estruturas sociais da economia*, Bourdieu faz uma crítica contundente aos princípios fundadores da teoria económica neoclássica e, em particular, à representação dos agentes, das suas motivações e dos seus comportamentos. Um dos pilares em que assenta essa crítica consiste no uso da racionalidade e na sua ligação à lógica de ação individual. Bourdieu expõe os limites de uma caracterização puramente individualista dos agentes no quadro da troca mercantil, em que a interação entre procura e oferta aparece desligada de qualquer enquadramento institucional ou estrutural. Apoiando-se nos conceitos de campo e de *habitus*, propõe uma nova conceptualização, estabelecendo uma lógica de ação compatível com uma abordagem histórica e institucional.

O desejo expresso do autor, o de criar as condições para uma reinscrição da economia como ciência histórica, tem alguma correspondência na heterodoxia económica e, especificamente, com as correntes institucionalista e evolucionista. Enquanto a teoria neoclássica está voltada para a formulação de leis abstratas e para o estabelecimento das condições de equilíbrio, estas correntes enfatizam a ideia de mudança e de contingência, abordando as dinâmicas de transformação da economia e das relações sociais. Neste contexto, a conjugação da diversidade humana com as noções de *habitus* e de campo, inerentemente relacionadas com a consideração de instituições sociais específicas, pode constituir um elemento importante a ser explorado e aprofundado.

Num quadro mais geral, a reflexão de Bourdieu pode ser incluída no debate atual sobre o futuro da ciência económica e sobre as suas relações com as restantes ciências sociais. A proposta efetuada pelo autor assinala as múltiplas

relações de transversalidade e de sobreposição entre economia e sociologia e a sua influência recíproca, convidando a uma nova reflexão sobre a natureza e as fronteiras entre as duas ciências sociais e a sua possível reorganização em diferentes linhas. Em tempos, Hahn (1991, p. 50) previu o declínio da teoria pura, sugerindo que a economia teria cada vez menos a ver com a ciência abstrata e dedutiva que conhecemos e assumiria uma perspectiva marcadamente multidisciplinar: “The ‘uncertain embrace’ of history, sociology and biology will shape a new phase in the history of the discipline, (...) ‘our successors’ being ‘far less concerned with the general ... than we have been’”. Atendendo, porém, à evolução recente da economia, à afirmação crescente da abstração e do formalismo matemático, bem como o desenvolvimento de segmentos de investigação cada vez mais especializados e pouco comunicantes, um tal desenvolvimento não parece particularmente propício.

Referências bibliográficas

- Backhouse, R. E., & Medema, S. G. (2009). Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition. *Economica*, 76, 805-820. <http://www.jstor.org/stable/40268907>.
- Bain, J. S. (1968). *Industrial organization*. New York: John Wiley.
- Blaug, M. (1997). Ugly currents in modern economics. *Policy Options*, 17 (7), 3-8.
- Bourdieu, P. (2001), *As estruturas sociais da economia*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Boyer, R. (2003). L'anthropologie économique de Pierre Bourdieu. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 150(5), 65-78.
- Cedrini, M. & Fontana, M. (2017) Just another niche in the wall? How specialization is changing the face of mainstream economics, *Cambridge Journal of Economics*, Volume 42, Issue 2, 427-451, <https://doi.org/10.1093/cje/bex003>.
- Colander, D.; Holt, R.; & Rosser, J.B., Jr. (2004). The Changing Face of Mainstream Economics. *Review of Political Economy*, 16 (4), 485-499.
- Davis, J. B. (2008) The turn in recent economics and return of orthodoxy, *Cambridge Journal of Economics*, Volume 32, Issue 3, 349-366, <https://doi.org/10.1093/cje/bem048>.
- Elster, J. (1989). Social norms and economic theory. *Journal of Economic Perspectives* 3(4), 99-117.
- Friedman, M. (1966). The Methodology of Positive Economics in *Essays in Positive Economics*, Chicago: Univ. of Chicago Press, 3-43.
- Harsanyi, J.C. (1977). *Rational Behavior and Bargaining Equilibrium in Games and Social Situations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hahn, F. (1991). The next hundred years. *Economic Journal*, vol. 101, n.º 404, 47-50.
- Hodgson, G.M. (2007). Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? *Evolutionary and institutional economics review*, 4, 7-25. <https://doi.org/10.14441/eier.4.7>.

- Meramveliotakis, G. (2020). Surveying the Methodological and Analytical Foundations of the New Institutional Economics: A Critical Comparison with Neoclassical and (Old) Institutional Economics. *Economic and Business Review*, 22(3). <https://doi.org/10.15458/ebr109>.
- Mill, J.S. (1836). *On the definition and method of political economy*. Reprinted in Hausman (1984). *The Philosophy of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- North, D.C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scherer, F.M. & Ross, D. (1990). *Industrial market structure and economic performance*. 3 ed. Chicago: Raud Mc Nally & Co.
- Sen, A.K. (1977), Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory. *Philosophy and Public Affairs*, 6, 317-344.
- Sen, A.K. (2008). Rational behaviour. In *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition.
- Sent, E-M. (2018). Rationality and bounded rationality: you can't have one without the other. *The European Journal of the History of Economic Thought*, 25:6, 1370-1386, DOI: [10.1080/09672567.2018.1523206](https://doi.org/10.1080/09672567.2018.1523206).
- Simon, H. (1976). From substantive to procedural rationality. In Latsis, Spiro, ed. *Method and Appraisal in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 129-148.
- Simon, H. (1985). Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. *American Political Science Review*. June, 79:2, 293-304.
- Simon, H.A. (1955). A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, 69, 99-118.
- Trigg, A. B. (2001). Veblen, Bourdieu, and Conspicuous Consumption, *Journal of Economic Issues*, 35:1, 99-115, DOI: [10.1080/00213624.2001.11506342](https://doi.org/10.1080/00213624.2001.11506342).
- Veblen, T. B. (1899). *The theory of the leisure class: An economic study in the evolution of institutions*. New York: Macmillan.
- Williamson, O. E. (1981). The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. *American Journal of Sociology*. November, 87, 548-577.
- Williamson, O. E. (2002). The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives* – Volume 16, Number 3, 171-195.

